

Armadores fazem pressão, e governo adia de novo leilão de megaterminal

Lobby de donos de navios, especialmente asiáticos, é pelo uso do modelo da Antaq; ministro projeta certame para o final de abril

Alex Sabino

SÃO PAULO Excluídos do leilão pela recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União), armadores (donos de navios) internacionais, especialmente asiáticos, pressionam o governo federal por ajustes no edital do Tecon 10, o megaterminal do porto de Santos, segundo apurou a Folha. Empresários do setor, ouvidos pela reportagem, disseram que companhias concorrentes em um eventual leilão conversam entre si para avaliar a melhor estratégia.

O lobby é pela prevalência do parecer da Antaq (Agência de Transportes Aquaviários). O órgão regulador apresentou uma recomendação de que o leilão seja dividido em duas fases. Na primeira, estariam afastados da disputa apenas armadores que possuem terminal no porto de Santos. A medida atinge três das principais empresas mundiais do segmento: Maersk, MSC e CMA CGM.

Elas estariam aptas a participar apenas em uma eventual segunda fase. Mas o consenso é que dificilmente o certame não será encerrado na primeira.

Na votação no TCU, em dezembro de 2025, prevaleceu o voto do ministro revisor, Bruno Dantas. Sob o argumento da verticalização do setor e do risco excessivo de concentração nas mãos de poucas companhias, ele propôs que todos os armadores, não importando origem e atuação, sejam impedidos de apresentar

lances na primeira fase do leilão, mesmo que associados a outras empresas.

O acórdão surpreendeu empresários. A pressão começou também porque o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos), afirmou que o ministério seguiria em 100% a recomendação do TCU. Integrantes do governo federal, especialmente na Casa Civil, eram favoráveis a um certame livre de restrições e em fase única.

A questão pode passar pelo conselho do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), órgão colegiado que é comandado pelo presidente Lula (PT).

Pessoas ligadas ao TCU disseram à reportagem que a Corte apresentou uma recomendação do modelo de leilão que considerava ideal, mas que não avaliou como ilegal o parecer da Antaq. Este poderia ser adotado.

O tribunal apenas não aceitaria uma modelagem em fase única por alegar ter analisado o leilão sob a ótica da Antaq e seu parecer por duas rodadas.

Mas nos documentos enviados ao relator do caso, ministro Antonio Anastasia, o Ministério da Fazenda e a área técnica do próprio TCU foram favoráveis à fase única. O Ministério Público considerou as restrições ilegais. O voto de Anastasia, derrotado pelo de Dantas, era pela exigência de um leilão liberado a todos os participantes.

Nesta quinta-feira (15), Costa Filho anunciou novo adiamento.



Estuário do porto de Santos. Eduardo Knapp - 19.nov.24/Folhapress



O que é o Tecon 10

O megaterminal será instalado em uma área no bairro do Sabão, em Santos, de 622.000 m². A ideia é que seja multipropósito, movimentando contêineres e carga solta.

O vencedor do leilão será definido pela maior outorga: ganha quem oferecer mais pelo direito de construir e operar.

Serão quatro berços, como são chamados os locais de atracação do navio. Os investimentos nos 25 anos de concessão podem chegar a R\$ 40 bilhões.

O edital pode acontecer no final de abril, de acordo com ele. A estimativa anterior para a concessão era março. Antes disso, o discurso do governo era que o leilão do Tecon 10 deveria ocorrer até o fim de 2025.

Uma nova data tem dois motivos: tentar aparar arestas com relação ao edital a ser publicado em março e dar tempo para o roadshow, a ser realizado pelo governo federal para vender no mercado os méritos do Tecon 10 e maximizar o número de propostas no certame.

Costa Filho diz que o ativo tem dez ou mais empresas interessadas, o que seria uma marca histórica, dado o histórico de poucas propostas em leilões portuários. Mesmo o limite de 30 de abril pode não ser definitivo. Maersk, MSC e armadores internacionais não descartam entrar na Justiça para interromper o processo.

Concessão da FCA pode ser estendida para evitar apagão ferroviário

André Borges

BRASÍLIA O governo federal avalia a possibilidade de ampliar em mais dois anos o prazo do contrato que mantém com a FCA (Ferrovia Centro-Atlântica), concessão que acaba em agosto deste ano. A medida seria uma forma de evitar um vácuo contratual e garantir a continuidade da operação ferroviária, enquanto a prorrogação antecipada com a concessionária VLI, dona do atual contrato, não é concluída.

Segundo informações obtidas pela Folha, essa possibilidade é estudada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), devido à proximidade do fim do contrato atual.

O contrato original da FCA foi assinado em 28 de agosto de 1996 e tem validade de 30 anos. O prazo restante de sete meses é considerado crítico por técnicos da própria agência.

Na prática, o que está em discussão é uma ponte regulatória. Em vez de depender da prorrogação antecipada do contrato — que ainda passa por validações internas no MT (Ministério dos Transportes) e na ANTT, para então ser enviada ao TCU (Tribunal de Contas da União) — seria feito um termo aditivo temporário para estender a concessão atual por até 24 meses.

Dentro do MT, porém, o calendário previsto para renovar a concessão até agosto ainda está de pé. A expectativa é que a diretoria colegiada da ANTT aprove em fevereiro o relatório final da prorrogação, com acolhimento do que foi feito em audiência pública. O passo seguinte é enviar o plano de outorga da malha ao MT.

Ainda em fevereiro de 2026, o ministério analisaria o plano, aprovaria o conteúdo e, em seguida, enviaria ao TCU. A avaliação pela corte, conforme a previsão interna do governo, poderia se estender até julho. O passo final, que é a assinatura do termo aditivo de prorrogação, ficaria para agosto, justamente o mês de encerramento do contrato.

Não há prazo certo, porém, para que o TCU conclua a sua análise, condição indispensável para o processo avançar. O governo, portanto, depende de etapas externas para concluir o cronograma, arriscando o destino da maior concessão de ferrovia do país.

Capitânia Invest S/A
 CNPJ/ME nº 04.274.010/0001-24 - NIRE 35300343361
 Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas desta sociedade, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3485 - Torre Norte - 3º andar, conjunto 31, CEP 01452-002, São Paulo - SP, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 26/01/26, às 08:30 horas, na sede da sociedade, oportunidade em que será deliberada a eleição de Diretoria. São Paulo, 16/01/26. Carlos Emanuel Simonetti - Presidente. (15, 16 e 17/01/2026)

Capitânia Partners S/A
 CNPJ/ME nº 42.395.261/0001-54 - NIRE 35300580178
 Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas desta sociedade, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3485 - Torre Norte - 3º andar, conjunto 31, CEP 01452-002, São Paulo - SP, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 26/01/26, às 07:30 horas, na sede da sociedade, oportunidade em que será deliberada a eleição de Diretoria. São Paulo, 16/01/26. Ricardo Quinteiro - Presidente. (15, 16 e 17/01/2026)

Capitânia Holding S/A
 CNPJ/ME nº 41.517.409/0001-95 - NIRE 35300572432
 Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas desta sociedade, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3485 - Torre Norte - 3º andar, conjunto 31, CEP 01452-002, São Paulo - SP, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 26/01/26, às 07:00 horas, na sede da sociedade, oportunidade em que será deliberada a eleição de Diretoria. São Paulo, 16/01/26. Ricardo Quinteiro - Presidente. (15, 16 e 17/01/2026)

Capitânia Prev S/A
 CNPJ/ME nº 41.773.811/0001-45 - NIRE 35300573196
 Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas desta sociedade, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3485 - Torre Norte - 3º andar, conjunto 31, CEP 01452-002, São Paulo - SP, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 26/01/26, às 09:00 horas, na sede da sociedade, oportunidade em que será deliberada a eleição de Diretoria. São Paulo, 16/01/26. César Lacerda da Costa - Presidente. (15, 16 e 17/01/2026)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
 AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP o Pregão Eletrônico PE DGA 90005/2026, UASO 450161, Processo nº. 01-P-44451/2025, do tipo menor preço por item, destinado à renovação anual de 16 licenças do software JRebel para o DAC e para o SIADQ. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 03/02/2026 às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO

Toma público o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE FISIOTERAPIA EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO VERMELHO/MG. Abertura: 03-02-2026 às 08:00. Melhores informações e o edital na íntegra poderão ser obtidos através do site <https://riovermelho.mg.gov.br>, na Sede da Prefeitura Municipal, também pelo e-mail: licitar@riovermelho.mg.gov.br na plataforma de licitações LICITAR DIGITAL - www.licitardigital.com.br ou tel/(33) 999916255. Evania A. Neves-Agente de Contratação

Processo Administrativo 116502/2025 - Processo Licitatório 03/2.026 - Pregão 03/2.026. Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento de link dedicado para acesso à internet. Termo de Referência: 1º) Onde se lê: O município de Auriflama-SP através de sua Prefeitura, Sra. Kátia Conceição Morita de Carvalho torna público, a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, leia-se: O município de Auriflama-SP através de sua Prefeitura, Sra. Kátia Conceição Morita de Carvalho torna público, a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório na modalidade Pregão. 2º) As propostas e documentos serão recebidos virtualmente no site www.bicompbras.org.br, leia-se: As propostas e documentos serão recebidos na sede Prefeitura, situada na Rua João Pacheco de Lima, 44-65, Centro, Auriflama-SP até as 08:30hs. 3) As demais cláusulas permanecem inalteradas. Auriflama, 16 de janeiro de 2.026.